

O alerta do especialista

“O impacto do pré-sal vai existir e não dá para esperar ele acontecer para só depois tentar resolver”

Augusto Campos Muniz, urbanista e professor da Unisantos



Baixada busca novas indústrias

Na tentativa de atrair empreendimentos na área de petróleo, cidades da região colocam 30 milhões de m² à disposição de empresas

LÍDIA NARDI
DA REDAÇÃO



As áreas disponíveis na região para a atração de empreendimentos de petróleo e gás já ultrapassam

30 milhões de metros quadrados, conforme levantamento feito pela Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) e as prefeituras da região.

A área é equivalente a, aproximadamente, 3.530 campos de futebol (cada um tem, em média, 8,5 mil metros quadrados).

Além da busca por grandes terrenos (públicos e particulares) desocupados, a vinda de novas empresas já provoca outro fenômeno por parte do Poder Público: quase todas as cidades estão prestes a passar por alterações em seu plano diretor, visando à implantação de novas zonas industriais pelo litoral.

Levantamento feito pela Comissão Especial de Petróleo e Gás do Estado de São Paulo (Cespeg), ligada à Secretaria de Desenvolvimento, aponta pelo menos 13,8 milhões de metros quadrados em áreas disponíveis em Santos, Cubatão, Guarujá e Bertioga (veja o mapa). Em Praia Grande, segundo a prefeitura, são mais 7 milhões de metros quadrados. Em Itanhaém, outros 10 milhões de metros quadrados.

Por enquanto, no entanto, nenhuma das nove cidades oferece incentivos fiscais exclusivamente para esse setor, apesar de mudanças estarem à vista.

“Não podemos permitir que aconteça aqui o que aconteceu em Macaé (RJ). Quando a Petrobras chegou por lá (na década de 70), acabou destinando os investimentos para uma única cidade, o que deixou uma parte (da região) rica e outra pobre”, alerta o prefeito de Praia Grande, Roberto Francisco. “É preciso dividir todos os investimentos. Senão uma cidade vai se tornar dormitório e outra, ficando com toda a tecnologia e investimentos, acabará empurrando os problemas para os demais municípios”.

A opinião é dividida pelo diretor da regional santista do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp/Fiesp), Ronaldo Forte. “Para atrair novas indústrias, é necessário tratar o assunto com objetivos metropolitanos”.



Em Itanhaém, zona industrial ficará em área de 10 milhões de metros quadrados nas proximidades do aeroporto utilizado pela Petrobras

Veja na edição de amanhã a continuação da série A era do pré-sal na Baixada Santista.

Segundo ele, a empresa que escolher a cidade para se instalar poderá ficar de 5 a 10 anos sem pagar tributos municipais, a depender da quantidade de empregos que gerar. A área escolhida para abrigar a nova zona industrial de Mongaguá fica no Balneário Cavalão Marinho, próximo a Itanhaém.

Na cidade vizinha, aliás, o grande atrativo tem sido aeroporto, que hoje é usado quase que exclusivamente pela Petrobras. De acordo com o prefeito João Carlos Forssell, uma área de 10 milhões de metros quadrados no Parque Vergara, no entorno do aeroporto, deve integrar o novo plano diretor do município como zona industrial.

“Temos recebido algumas empresas que querem se instalar na cidade, mas falta viabilizarmos uma área através de alterações no plano diretor”, confirma Forssell.

“Se levamos em conta áreas relativamente problemáticas, passíveis de regularização, temos uma extensão territorial grande para essas indústrias, principalmente o Parque Vergara, que é uma região onde está se concluindo um acordo com o Ministério Público. Ali seria a região ideal, pois fica próximo do aeroporto e tem impacto ambiental muito pequeno”, completa o prefeito.

Já em Pennha, a Lei de Incentivos Fiscais, em vigor desde 2001, promete oferecer isenções tributárias de até 80% às empresas – inclusive na área de petróleo e gás – que escolherem a cidade para se instalar.

“A empresa que se instalar no município (...), com comércio de porte ou indústria regulamentar autorizada pelos órgãos públicos, gozará de até 80% de isenção sobre os tributos municipais e do ICMS incidente sobre a produção do interessado na parte que corresponder à participação”, diz a Lei 2.129, de 22 de março de 2001. De acordo com a legislação de Pennha, para ter o benefício, além de obrigatoriamente ter de contratar no mínimo 80% da mão de obra local, a empresa deve empregar pelo menos 20 pessoas para ter direito a três anos de isenções e mais de 100 pessoas se quiser estar isenta por 10 anos.

Algumas áreas disponíveis



ZONAS INDUSTRIAIS

Enquanto isso, no Litoral Sul, as prefeituras vêm investindo na implantação de novas zonas

industriais, principalmente em Mongaguá e Itanhaém.

“Estamos criando uma segunda área industrial e temos

incentivo de carga tributária para que as empresas se sintam atraídas pelo fato de ter uma lucratividade maior, e não

majoração de tributos. Isso é o grande fomento”, afirma o prefeito de Mongaguá, Paulo Wiazowski Filho.

Entrevista

Augusto Campos Muniz, urbanista especialista em Gerência de Cidades e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Unisantos

“A região precisa dialogar e ver quais os potenciais das cidades”

Como as cidades da região devem se preparar para os impactos que vêm com a Bacia de Santos?

Para começar, é preciso conciliar os planos diretores. Se você observar individualmente o plano diretor, o lógico que cada cidade enxerga para si o melhor cenário. Nos anos 70, por exemplo, todas as cidades queriam uma indústria, mesmo as

que não tinham vocação para isso. A região é metropolitana, uma cidade complementa a outra. A região precisa entrar em diálogo e ver quais os potenciais de cada cidade, para que todos ganhem e não fiquem disputando o mesmo espaço.

E quais os potenciais que o senhor vê para os municípios da Baixada?

Alguns municípios têm potencial exclusivamente turístico, como Bertioga e as cidades do Litoral Sul. Embora possam ter outra atividade de peso, o foco principal deve continuar no turismo. Essas cidades não devem se descharacterizar, até porque o ‘jeitão’ que elas têm é o que atrai o turista. Não é a praia simplesmente, mas a forma como a cidade se apresenta.

Aprendizado



“Cada cidade enxerga para si o melhor cenário. Nos anos 70, por exemplo, todas as cidades queriam uma indústria, mesmo as que não tinham vocação para isso”

ta. No Litoral Sul, por exemplo, o paulistano está à beira-mar, mas se sente numa estância serrana. Se a cidade buscar outra proposta a qualquer custo, vai acabar destruindo sua vocação turística e então perde esse público. E turismo também gera receita.

E as demais cidades?

Na área de petróleo e gás, existe uma série de serviços que podem se instalar em Cubatão, São Vicente e Guarujá, que são de apoio às atividades nas plataformas petrolíferas. Existe até em São Vicente a tentativa de melhorar o escoamento via modal aquaviário para levar al-

guns produtos feitos na cidade até as plataformas, que, por sua vez, têm possibilidades de serem construídas em Cubatão e Guarujá.

E qual deve ser o primeiro impacto a ser sentido na região?

O funcionamento da nova sede da Petrobras (prevista para 2013) sem realmente um equacionamento e definição do transporte coletivo vai ser muito difícil. O caminho é o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). É evidente que problema vai existir e não dá para esperar ele acontecer para só depois tentar resolver.

Risco ambiental preocupa Baixada

Para especialista, capacitação dos governos locais para o gerenciamento de riscos é fundamental para evitar desastres

LÍDIA NARDI
DA REDAÇÃO



Problemas ambientais e de poluição desencadeados pela exploração da Baixada Santista, conforme revela levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas A Tribuna (IPAT).

"Hoje existe muita apreensão por parte de ambientalistas e urbanistas com alguns aspectos ligados à exploração. As pessoas se preocupam com a obra em si e se preocupam também com o risco de acidentes, principalmente em alto-mar, depois do vazamento no Golfo do México", diz o coordenador do Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte, Ícaro Cunha, numa referência à explosão ocorrida em abril que espalhou 780 milhões de litros de petróleo em águas norte-americanas. "É normal que as pessoas tenham essa preocupação. Muitas pessoas adquiriram consciência da dimensão que pode ter um acidente como esse", analisa.

Para o professor da Universidade Católica de Santos, a capacitação de equipes para o gerenciamento de riscos, por parte das prefeituras, é o caminho para evitar desastre em caso de acidentes. "A região deve se preparar para receber esse investimento e, nesse preparo, têm que pensar em capacitação de equipes nos vários níveis de governo para lidar com essas operações no mar, e capacitação das instituições, no sentido de adquirir equipamentos como embarcações e fazer treinamentos. É preciso se preparar para conviver com isso".

CORRENTE MARÍTIMA

É a possível ocorrência de acidentes em alto-mar, pelo menos por enquanto, não preocupa os especialistas. A grande distância que separa o pré-sal da costa brasileira (cerca de 300 quilômetros), somada ao fluxo da corrente marítima que

Desempenho IPAT

EM PORCENTAGEM

Você teme problemas ambientais e de poluição com a exploração na Baía de Santos?



FONTE: IPAT

Na sua opinião, as cidades da região estão se preparando e organizando para receber os impactos do crescimento trazido pela exploração e produção de petróleo e gás?



Em relação aos efeitos de exploração e produção de petróleo e gás na Baía de Santos, o sr. (sra) está:



Com as atividades de petróleo e gás, qual será o setor que vai exigir maior atenção das autoridades?



Veja na edição de amanhã a continuação da série A era do pré-sal na Baixada Santista.

Valongo tende a crescer com sustentabilidade

A integração da nova sede da Petrobras no Valongo ao projeto Alegria Centro ajudará no desenvolvimento sustentável de Santos. A opinião é do professor de Política Ambiental da Universidade Católica de Santos (Unisantos), Ícaro Cunha.

"As torres a serem construídas no Valongo (para a nova sede da Petrobras) serão integradas ao projeto de revitalização do Centro. Nesse sentido é um impacto positivo, porque essa política de revitalizar e valorizar o Centro Histórico é muito importante para um desenvolvimento sustentável na Cidade e na região", avalia o especialista.

"Há anos, a gente tem uma degradação urbana na região central em função do uso de armazéns e outras estruturas portuárias. E ao mesmo tempo você tem em Santos um centro histórico valorizado, urbanisticamente bem integrado, inclusive com infraestrutura turística, e essa é uma política muito importante do ponto de vista da sustentabilidade e da chance de abrir outros horizontes de desenvolvimento que não sejam os tradicionais", comemora Cunha.

"Quando você faz uma política de revitalização urbana, a grande dificuldade é justamente encontrar investimentos que ajudem a viabilizá-la. Mas na hora em que um grande investidor como a Petrobras entra no projeto, isso gera um impulso que deve trazer reflexos em outros setores, como lojas e restaurantes. São atividades afins que ajudam a dar uma vida compatível com o projeto de revitalização urbana", resume.

margem o País pelo Atlântico, funcionam como um obstáculo à chegada de óleo ao litoral da Região Sudeste. A constatação é do Núcleo de Pesquisas Hidrodinâmicas (NPH) da Universidade Santa Cecília.

Segundo o grupo, caso ocorra na Baía de Santos um vazamento semelhante ao que atingiu o Golfo do México, as chances de o combustível atingir a costa da Baixada Santista não chegam a 10%. "Se o óleo eventualmente vazar e chegar à superfície, aqui na região ele entrará na zona da corrente (marítima) do Brasil", afirma Gilberto Berzín, coordenador do NPH.

De acordo com o engenheiro, essa corrente chega ao Brasil vinda do continente africano, para onde retorna após passar pela Argentina, e chega a no máximo 30 milhas (ou 48 quilômetros) da costa (veja o mapa).

"Segundo os EIA (Estudos de Impacto Ambiental) dos quatro TLDs (Testes de Longa Duração) que estão sendo projetados no Litoral Norte, no caso de um acidente, mesmo que eles fiquem, numa hipótese bem absurda, um mês vazando sem ninguém fazer nada, o lugar atingido ficaria longe da costa", concorda Cunha.

Ações

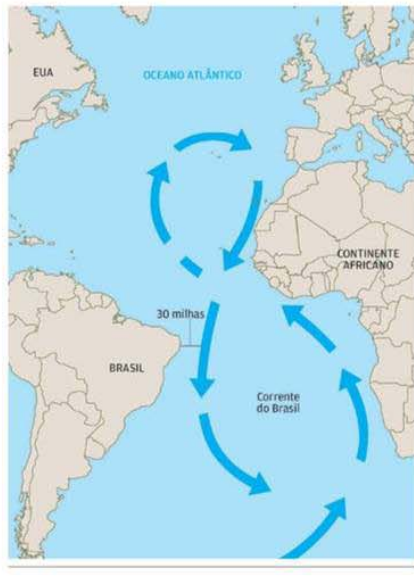
21 projetos ligados a ações socioambientais na Baixada Santista receberam ajuda financeira da Petrobras no ano passado

50 mil reais foi o máximo recebido em cada projeto dentro do Programa Integração Petrobras Comunidade

22 comunidades pesqueiras de Ilhabela também recebem apoio da estatal hoje

2 milhões de reais foram investidos no convênio firmado entre Petrobras, Unisantos e ONGs ambientais para a criação do Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte

Corrente marítima



Entrevista

Ícaro Cunha. Sociólogo, professor de Política Ambiental da Unisantos

"Pode haver um impulso para piorar os problemas que já temos"

O meio ambiente sofrerá impactos ao longo do litoral?

Depende de como organizarem a gestão do processo. Se você faz uma gestão pouco cuidadosa das operações técnicas, as obras podem ter efeitos negativos e depois as operações podem gerar acidentes, com o vazamento de produtos. São os dois principais cenários que se pode ter: na hora da obra – que pode ser maior ou menor conforme o cuidado que se toma – e depois durante operação, onde você tem a questão do gerenciamento dos riscos.

E qual o papel da empresa exploradora?

A intervenção da empresa numa região como o litoral de São Paulo, onde você tem muitas

áreas protegidas, pode ser direcionada de uma maneira que não leve em consideração áreas protegidas ou ela pode incorporar e se harmonizar. A expectativa que a gente deve ter é de exatamente saber como a Petrobras vai gerenciar esse aumento da sua presença na região.

Mas o que o senhor acha?

No projeto Mexilhão (Litoral Norte), por exemplo, o gasoduto está indo por túnel para não se mexer na Mata Atlântica. Eles optaram por levar o gás por túnel, o que preserva a cobertura vegetal na região do parque. É um investimento mais caro, mas que, do ponto de vista ambiental, agrega valor ao negócio. E não deixa de ser uma sinaliza-

Cenário

"Se ocorrer um grande acidente, não será só a empresa que terá que atuar. Precisarão haver uma cooperação de gente das instâncias de governo local"



ção importante sobre o que a empresa está pensando em termos de gestão.

E os riscos em alto-mar?
O que todo mundo tem que cobrar é que os governos locais se

preparem para colaborar com esse processo de gerenciamento dos riscos ambientais. Isso porque, se ocorrer um grande acidente, não será só a empresa que terá que atuar. Precisa haver uma cooperação de gente das instâncias de governo local. E aí tem uma novidade: essas operações vão ser no mar, muito longe da costa, um território no qual os governos não estão preparados para agir. Se você procurar qual a prefeitura que tem embarcação para isso, vai ver que são poucas. Ou nenhuma.

E como funcionaria esse entrosamento?

Se você capacita equipes locais para lidar com riscos, então essas equipes vão conhecer as hipóteses de acidentes, os cená-

rios de danos que podem ocorrer e vão começar a questionar: se tivermos vítimas, estamos preparados para tratá-las? Se não há esse entrosamento, os investimentos não acontecem. Às vezes, ajuda para o setor de Saúde, por exemplo, só não acontece porque o próprio setor ignora quais serão as necessidades. Esse desenvolvimento manteria a região despreparada para conviver com essas operações. Assim, acompanhando os investimentos de petróleo e gás, você tanto pode ter uma política que avança positivamente um padrão de desenvolvimento mais sustentável, como você também pode ter um impulso para piorar os problemas que a gente já tem.